

Os Bancos Multilaterais e o Complexo Rio Madeira: A tentativa de garantir o controle dos recursos naturais da Amazônia para o grande capital

*Guilherme Carvalho**

“A podridão e a fedentina causadas pela mortandade dos peixes já nesta primeira fase da obra são de tal magnitude que os funcionários da Madeira Energia estão improvisando máscaras (...) A situação é ainda mais revoltante porque os responsáveis pelo crime consideram normal a mortandade de peixes”¹

Apresentação

Este texto tem por objetivo discutir algumas das ações desencadeadas pelas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial, em particular, para garantir a construção das usinas hidrelétricas Santo Antonio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia.

A questão ambiental adquiriu grande destaque neste trabalho, já que as IFMs, principalmente o Banco Mundial, vem desenvolvendo uma série de iniciativas visando efetivar a flexibilização da legislação e do licenciamento ambiental no Brasil, enquanto meio para viabilizar os grandes projetos de infraestrutura no país, particularmente na Amazônia, previstos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Os arranjos buscados pelo Banco Mundial para efetuar maior controle sobre as ações do Ministério Público e da Justiça Federal também mereceram atenção neste trabalho. Isto porque esse controle mais a flexibilização da legislação e do licenciamento ambientais são as duas faces da moeda para tornar a execução dos projetos do PAC e da IIRSA como algo irreversível.

Há uma lacuna neste texto que diz respeito ao papel desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nesse processo. O BNDES é hoje uma instituição financeira estratégica para a viabilização da integração econômica sul-

* Membro da coordenação nacional da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, técnico da Ong FASE – Programa Amazônia e doutorando do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPA.

¹ Desastre ambiental em Rondônia, por Rubens Coutinho. Ver <http://telmamonteiro.blogspot.com>

americana, a partir da conexão da infraestrutura de transporte, energia e comunicação entre todos os 12 países mais o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa.

O BNDES tem sido decisivo para ampliar a influência do Brasil na América do Sul, através da concessão de empréstimos a governos e empresas da região. Isto porque ao bloco de poder que comanda o Estado brasileiro interessa, por um lado, que as obras de infraestrutura previstas pela IIRSA nos países vizinhos, que se articulam com as do PAC e que são fundamentais à inserção do nosso país no mercado global, sejam executadas integralmente; por outro, que esse processo também contribua para abrir as economias sul-americanas às empresas brasileiras, associadas ou não a grandes grupos econômicos do exterior.

O BNDES também destina recursos financeiros e técnicos “à estruturação e modelagem de projetos de infraestrutura na modalidade de concessões públicas e Parcerias Público-Privadas no Brasil e na América do Sul”². Esse banco também é o maior financiador dos consórcios vencedores dos leilões para a construção das usinas do Madeira. Por tudo isso, a análise do papel do BNDES é importante para entendermos melhor a dinâmica da expansão capitalista nesta parte do continente americano. Contudo, como dissemos anteriormente, este texto analisa fundamentalmente as ações do Banco Mundial e do BID para garantir a execução do Complexo Rio Madeira (CRM).

É preciso ressaltar as valiosas contribuições dos(as) demais membros da coordenação e da secretaria executiva da Rede Brasil, que direta e/ou indiretamente muito contribuíram para a construção deste texto. Esperamos que ele possa ajudar de alguma forma as organizações engajadas na luta contra a destruição do maravilhoso rio Madeira.

Por fim, dizer que o apoio da Action Aid foi muito importante para a realização deste trabalho.

Banco Mundial em Rondônia: o passado condena!

As recordações da intervenção do Banco Mundial em Rondônia não são nada agradáveis, tanto para a instituição quanto para organizações da sociedade civil brasileira e de muitos outros países, que acompanharam atentamente as consequências do financiamento daquele banco ao Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste Brasileiro – Polonoroeste, que envolvia os Estados do Mato Grosso e Rondônia. Uma estratégia do

² BNDES. BNDES, IFC e BID criam fundo para financiar modelagem de projetos de infraestrutura no Brasil. Ver http://.bndes.gov.br/noticias/2007/not244_07.asp - 19/10/2007.

governo federal para ocupar e incorporar aquela parte do país à dinâmica do desenvolvimento capitalista nacional e internacional. O BIRD financiou principalmente o asfaltamento da rodovia federal BR-364, que também atravessa o Acre até à fronteira do Brasil com o Peru.

Os problemas provocados pelo Polonoroeste foram tão graves que ficaram conhecidos internacionalmente. A pressão agressiva de madeireiros, mineradores e especuladores sobre as áreas indígenas, a massiva leva de migrantes que se deslocou para Rondônia e a ocupação desordenada das terras do Estado, que resultou no surgimento de dezenas de núcleos urbanos sem qualquer infraestrutura capaz de atender as demandas que surgiram num curto espaço de tempo, se constituíram em alguns dos resultados dessa política desastrosa de ocupação da Amazônia³.

As ações do governo federal para garantir a ocupação daquela parte do território brasileiro provocaram inúmeros conflitos, como a invasão das terras indígenas, executada com a conivência da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, profundamente envolvida numa rede de corrupção e de favorecimento ilícito de grupos econômicos e de aventureiros que se deslocaram para Rondônia. A desintegração da vida tribal, a não demarcação das terras indígenas, a venda ilegal de madeira, o não cumprimento de acordos por parte da FUNAI, o deslocamento de colonos para outras terras sem que recebessem a devida indenização por conta do desvio dos recursos destinados a esse fim, foram alguns fatos que contribuíram para o agravamento da situação em Rondônia, e que forçaram o BIRD, em 1985, a suspender o empréstimo por alguns meses⁴.

Os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas foram, contudo, se agravando no decorrer da execução do Polonoroeste⁵, e as medidas tomadas para proteger os índios isolados, a fauna e a flora não saíram do papel⁶.

³ “(...) Este programa tornou-se mundialmente conhecido, sob a abreviatura Polonoroeste, como síntese da colonização de grandes áreas de floresta tropical e de catástrofes ambientais. Segundo avaliação do Banco Mundial, em 1988, já haviam sido desmatados 6 milhões de hectares em Rondônia e no Mato Grosso 21 milhões de hectares de florestas já haviam sido destruídos, ou seja, um quarto da superfície de cada um dos estados. A população do estado de Rondônia evoluiu de 490.000 habitantes em 1980, para 1,4 milhões em 1988 (sic). Centenas de milhares de imigrantes que foram trazidos para projetos agrários organizados pelo governo ou que se apossaram de terras supostamente devolutas, fracassaram devido as condições ecológicas e socioeconômicas adversas ou estão lutando com muitas dificuldades e grande pobreza. O projeto de colonização prejudicou, em ambos os estados, mais de dez mil índios, atingidos de forma crescente pela pressão agressiva da economia madeireira, da mineração e de especuladores de terras”. HAGEMANN, Helmut. Bancos, Incendiários e Florestas Tropicais: o papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras. – Rio de Janeiro: FASE, IBASE e ISA, 1996, p. 88.

⁴ MIDLIN, Betty. Os índios e o Programa Polonoroeste. *In*. O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia. Jean Hebette (org.). Belém : Vozes/FASE/NAEA-UFPA, 1991.

⁵ “Quase todas as áreas do Polonoroeste estão retalhadas por alvarás de pesquisa: há mais de 500 alvarás de pesquisa concedidos em áreas indígenas na Amazônia. No Polonoroeste, os casos mais graves de mineradoras em funcionamento são o da área Tenharin, invadida por uma das quatro maiores companhias mineradoras do

As pressões internas e externas fizeram com que o governo brasileiro e o BIRD acertassem algumas medidas para ao menos atenuar os problemas provocados com a BR-364. Uma delas foi a execução de um outro programa denominado Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) que, ao final, também se mostrou frágil para responder adequadamente aos complexos desafios existentes em Rondônia. O fato é que essa experiência marcou definitivamente, e de forma negativa, a imagem do BIRD. Este saiu do episódio como estimulador do desmatamento na Amazônia e um dos principais responsáveis pelas dificuldades enfrentadas por índios, colonos e moradores de diversos núcleos urbanos surgidos nesse processo.

BID e BIRD: somos bem mais que financiadores!

Ao longo da história os bancos multilaterais ganharam projeção por conta dos financiamentos que concedem aos seus diversos países-membros. Todavia, esses empréstimos trazem consigo muitas condicionalidades obrigando os mutuários a terem que executar as medidas determinadas por essas instituições, caso queiram ter acesso aos recursos disponíveis. Invariavelmente a adoção do receituário das IFMs pelos países da periferia capitalista resultou em diminuição de investimentos na área social, desemprego, concentração de renda, privatização de empresas públicas e aumento dos juros que beneficia a especulação financeira, somente para citar algumas consequências. O Fundo Monetário Internacional – FMI talvez seja a instituição que melhor simbolize esse receituário para a população.

As IFMs continuam sendo importantes fontes de financiamento para o Brasil, principalmente na execução de determinadas políticas setoriais como o de combate à AIDS. Todavia, essa dimensão tem sido relativizada nos últimos anos. Isto porque o país não depende tanto dos recursos dos bancos multilaterais para executar ações estratégicas que interessam ao bloco de poder que hegemoniza o comando do Estado brasileiro, como a integração econômica sul-americana. Somente o BNDES possui recursos anuais para financiamento de projetos que superam em mais de dez vezes os disponibilizados pelo BID e BIRD juntos. E se somarmos os recursos ofertados por outras instituições como a Caixa

Brasil – a Empresa Paranapanema – e o da área indígena Aripuanã, dos Cinta-Larga. Nesta área, o Programa Polonoroeste conseguiu retirar, em 1984, um garimpo instalado desde 1981 e ligado à Ancon Mining. Em 1987, um ex-administrador do parque Aripuanã, atual assessor do presidente da FUNAI, levou novamente um garimpo à área, contaminando e matando índios por doenças e causando uma desorganização dramática da vida tribal, e a poluição dos rios locais”. MIDLIN, Betty. Op. cit., p. 265.

⁶ LEONEL, Mauro. Onde se esconder? Últimos índios isolados na mata: as maiores vítimas. *In*. O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia. Jean Hebette (org.). Belém : Vozes/FASE/NAEA-UFPA, 1991.

Econômica Federal e o Banco do Brasil, além do volume existente para investimentos nos orçamentos públicos federal, estaduais e municipais veremos que os empréstimos dos bancos multilaterais representam parcela ínfima desse total. Então, qual a importância das IFMs para o Brasil?

Em primeiro lugar, as IFMs são importantes porque são geradoras de conhecimentos que, apropriadas pelas classes dirigentes do país, passam a orientar a agenda de debates nacional. Esse foi o caso, por exemplo, dos estudos elaborados pelo BIRD em relação aos recursos hídricos brasileiros, que serviu de base à proposta do então senador José Serra (PSDB-SP) possibilitando a privatização dos serviços de saneamento das grandes cidades e aglomerados urbanos, áreas que realmente interessavam às empresas multinacionais do setor⁷. Em segundo lugar, as IFMs são formadoras da tecnoburocracia que comanda postos-chaves da administração pública, particularmente a área econômica. Para que tenha uma noção exata desse processo no Brasil basta verificar a origem e o destino de ministros e de dirigentes de empresas públicas estratégicas durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em particular. Por fim, os bancos multilaterais têm grande influência na determinação de políticas e projetos considerados relevantes ao país a partir dos serviços de assessoria disponibilizadas por eles:

Esta avaliação concluiu que o Banco ainda pode desempenhar um papel relevante em um país de renda média como o Brasil. **O Banco é mais importante como fonte de conhecimento e assistência técnica.** O Banco é menos relevante como fonte de recursos financeiros mas não é irrelevante, especialmente para as regiões mais pobres e em um cenário de mercado de capitais voláteis⁸

Por sua vez, o Banco Interamericano de Desenvolvimento tem grande influência na determinação das diretrizes da IIRSA, através da ocupação de postos-chaves na estrutura de gestão e de assistência técnica, áreas importantes na definição do arcabouço institucional da IIRSA, dos projetos considerados prioritários, bem como das diretrizes para o financiamento dos mesmos, incluindo os estudos de viabilidade.

Em relação ao modelo energético brasileiro, as IFMs têm investido pesadamente para a construção de um marco regulatório que preserve os interesses da iniciativa privada que atua

⁷ Jerson Kelman esteve à frente da elaboração desses estudos que serviram de base à proposta de Serra. Homem de fortes vinculações com o Banco Mundial, Kelman, quando diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ENEEL, “chegou a fazer uma recomendação pessoal ao Ibama” para que a licença de Jirau fosse concedida ao consórcio Energia Sustentável, vencedor do leilão para a construção da barragem. O fato é que logo em seguida o presidente do IBAMA deu a autorização. **Jirau para e custos das obras sobem.** *Jornal Valor Econômico*, 21/05/2009.

⁸ BANCO Mundial. Brasil: Avaliação da Assistência do Banco Mundial ao País. Departamento de Avaliação de Operações, 2004, p. 37 (grifo nosso).

no setor: segurança jurídica, retorno dos investimentos e liberdade para remessa de lucros. Isto sem falar na alteração da legislação ambiental, bem como do processo licenciamento. Estas últimas questões serão mais bem tratadas adiante.

Também é preciso ressaltar que a presença de bancos multilaterais no processo de execução de grandes projetos de infraestrutura se constitui numa garantia a mais, principalmente aos investidores externos associados a grupos empresariais no interior dos países, como bem demonstrou Gustavo Ribeiro nos seus estudos sobre a hidrelétrica de Yaceretá, localizada na fronteira da Argentina com o Paraguai:

O caráter internacional de um grande projeto é, ademais, fortalecido pela presença de agências financiadoras multilaterais, um ator inevitável nos ‘projetos de desenvolvimento’. Os empréstimos que tais agências regularmente concedem a projetos hidrelétricos dão a elas importantes papéis de supervisoras e avalistas, como os desempenhados pelo Banco Mundial juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no projeto Yaceretá (...).

A presença do Banco Mundial num projeto pode ser relativamente menos importante em termos monetários do que o fato de significar, para outras fontes de financiamento, uma garantia de avaliação e supervisão por parte de uma agência que atua como um ‘organizador de credores’ (...)⁹

As usinas Santo Antonio e Jirau, no rio Madeira, até o presente momento, não contam com financiamento direto dos bancos multilaterais. Entretanto, como ficará evidente no decorrer deste texto, a atuação do Banco Mundial para efetivar mudanças no processo de licenciamento ambiental brasileiro se constitui, na realidade, numa das maneiras de a instituição avalizar aos grandes grupos privados que seus interesses não correrão riscos futuros. A iniciativa do Banco Mundial surge, portanto, como uma poderosa ferramenta de sinalização às empreiteiras, bancos, fundos de investimentos e outros envolvidos com as obras de infraestrutura previstas pelo PAC e pela IIRSA na Amazônia, que a questão ambiental não será um empecilho à obtenção dos lucros esperados com esses empreendimentos.

A vertente do Banco Mundial voltada à “assistência técnica” foi evidenciada em Rondônia quando da ocorrência de conflitos em torno do debate acerca da grande quantidade de sedimentos que são movimentados pelo rio Madeira que, segundo alguns especialistas, poderia comprometer o funcionamento dos geradores e, conseqüentemente, inviabilizar a usina Santo Antonio. Essa pendência colocava em risco a emissão da licença ambiental. Segundo Garzon, foi nesse momento que o Banco Mundial, através do programa *Energy*

⁹ RIBEIRO, Gustavo Lins. *Empresas Transnacionais: um grande projeto por dentro*. – São Paulo: ANPOCS/Editora Marco Zero, 1991, p. 69-70.

Sector Technical Assistance Loan – ESTAL, contratou “o consultor internacional Sultan Alam para ‘resolver’ as últimas pendências técnicas do licenciamento dessas mesmas usinas com um diligente e providencial parecer técnico, referente à dinâmica dos sedimentos após a construção”¹⁰. O incrível dessa história é que dois dias de visita à área onde estava prevista a construção da barragem e o acesso a fontes secundárias foram suficientes para a elaboração de ‘observações’, de ‘conclusões’ e de ‘recomendações’, utilizadas posteriormente para fundamentar a aprovação das licenças¹¹. O trabalho do consultor foi duramente criticado por pessoas e organizações engajadas na luta contra as barragens no rio Madeira¹²

Evidentemente que um estudo sério sobre o rio Madeira, geologicamente novo e, talvez por isso mesmo, um dos mais importantes da Amazônia, jamais poderia ser realizado por uma pessoa num prazo ínfimo, para não dizer ridículo, empregado pelo sr. Alam. Não obstante, o fato é revelador dos reais objetivos do Banco Mundial e do Ministério das Minas e Energia que era garantir a construção das barragens no menor espaço possível a despeito dos problemas que provocarão, como colocar em risco terras indígenas e as áreas de proteção definidas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico de Rondônia, na medida em que estarão lado a lado das áreas de expansão desordenada.

O empenho das Instituições Financeiras Multilaterais para que o PAC e a IIRSA sejam executados plenamente na América do Sul é fato notório. Todavia, essas instituições têm conhecimento dos riscos envolvidos nessa estratégia. Como dissemos anteriormente, a experiência do Banco Mundial com o Polonoeste repercute ainda hoje. É o esqueleto no armário da instituição.

Os conflitos são inerentes a esse tipo de empreendimento, como a construção de hidrelétricas, e as IFMs buscam formas de preservar-se de alguma maneira das conseqüências

¹⁰ GARZON, Luis Fernando Novoa. BIRD ‘sugere’ licenciamento submetido aos investidores. De acordo com Garzon, esse programa é fruto da parceria entre o Banco Mundial e o Ministério das Minas e Energia. Ver <http://www.oeco.com.br/todos-os-columistas> - Acesso em 25/06/2009.

¹¹ “Uma visita ao sítio foi organizada entre 15 e 17 de dezembro de 2006 pelos engenheiros do Ministério de Minas e Energia (MME). A equipe incluiu o Dr. John Denys Cadman, Consultor do MME, Dra. Jennifer Sara, Coordenadora Regional do Banco Mundial e S. Alam, Consultor. O tempo na área do projeto estava bom e foi possível visitar o sítio do projeto além dos trechos do rio à jusante do sítio e a montante do sítio até o salto de Teotônio, localizado a 17 km rio acima. Agradecemos à Eletronorte (...).” ALAM, Sultan. Projeto Rio Madeira – Estudos Hidráulicos e de Sedimentos: Relatório Preliminar. Ministério das Minas e Energia. Brasília, janeiro de 2007.

¹² “(...) Ele concentrou todas as suas pesquisas nos rios da Europa, especialmente no rio Danúbio, que tem turbinas desse mesmo tipo aqui. Só que o rio Danúbio não tem, nem de longe, a sedimentação semelhante ao rio Madeira. Também fez experiências nos Estados Unidos, mas também em regiões muito diferenciadas, muito diferentes daqui da Amazônia. O segundo problema é que ele ficou apenas um mês aqui na região, e de forma muito rápida e com uma metodologia ainda não justificada, que o Ibama, inclusive, solicitou a justificativa para o uso da metodologia que esse consultor utilizou aqui para fazer as amostragens de quantidade de sedimentos sólidos em suspensão e em movimento no rio”. Entrevista concedida por Luis Fernando Novoa Garzon em 14/06/2007.

desses embates, cuja dimensão ganha mais relevo quando se trata da Amazônia. O BID, por exemplo, encontra-se envolvido na construção e/ou reestruturação de seu Mecanismo de Investigação e Consulta Independente – MICI¹³ que, de acordo com os dirigentes do banco, pretende se constituir como meio eficaz para absorver as críticas e as demandas das comunidades afetadas por projetos financiados pela instituição a fim de, segundo eles, orientar a tomada de decisões.

O MICI seria constituído por especialistas renomados que teriam a função de ouvir e indicar o posicionamento que deve ser assumido pelo BID. Em princípio a idéia, apesar de não ser inovadora, parece ser interessante. Contudo, algumas dúvidas teimam em persistir: A sociedade civil pode indicar os especialistas? Se porventura ocorrer de a comissão definir por um posicionamento contrário às estratégias do banco, ele será implementado integralmente?

O debate acerca de propostas como essa de constituição do MICI é interessante para nós que nos posicionamos contrários ao atual modelo de desenvolvimento, porque essa iniciativa do BID pode ser a ponta do iceberg de uma grande investida dos bancos multilaterais para tentar conter os conflitos provocados por empreendimentos, como os das usinas do rio Madeira. Precisamos nos manter vigilantes diante dessa possibilidade.

Por fim, queremos apenas ressaltar que as experiências com a construção de hidrelétricas na Amazônia nunca foram satisfatórias, principalmente para as populações tradicionais da região. O caso da Usina Hidrelétrica Samuel, no estado de Rondônia, é demonstrativo dos problemas gerados por empreendimentos desse tipo, que resultou no deslocamento compulsório de comunidades inteiras, sem que a elas fossem dadas as condições adequadas de se reproduzirem socialmente com dignidade, revelaram o caráter autoritário das empresas envolvidas na execução da obra – a Odebrecht, inclusive –, provocaram a perda econômica dos deslocados e o empobrecimento generalizado dos mesmos, entre outras consequências negativas¹⁴ (SIMONIAN, 1996). Isto sem falar nas mudanças bruscas e incontroláveis provocadas sobre o meio ambiente, que resultaram no

¹³ De acordo com o BID, o MICI irá possibilitar às comunidades afetadas por projetos financiados pela instituição “expressar suas preocupações” a respeito dos mesmos. A Rede Brasil em parceria com algumas organizações brasileiras já acessaram no passado alguns instrumentos parecidos com esse, tanto do Banco Mundial quanto do BID. Todavia, os resultados, no geral, foram muito aquém do esperado, mostrando toda a sua fragilidade, já que os bancos criavam todo tipo de obstáculo para enfrentar as causas dos problemas vivenciados pelas populações afetadas. O usual foi a preservação dos interesses das empresas envolvidas.

¹⁴ SIMONIAN, Ligia. Hidrelétrica Samuel (RO) e populações tradicionais: deslocamento compulsório e outras questões. *In*. Energia na Amazônia. Sônia Barbosa Magalhães, Rosyan de Caldas Britto, Edna de Ramos Castro (orgs.). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/Associação de Universidades Amazônicas, 1996. p. 571-590.

desaparecimento de espécies e repercutiram negativamente sobre a qualidade de vida de comunidades da região, além da ameaça à existência de grupos sociais¹⁵ (MARIN, 1996).

A legislação ambiental e o processo de licenciamento ambiental como obstáculos a serem vencidos.

A senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PT-AC) tem expressado publicamente suas divergências com o governo Lula no que diz respeito às tentativas deste de alterar profundamente a legislação ambiental brasileira. De acordo com a parlamentar, de “uns tempos pra cá, sobretudo desde o ano passado, uma sequência de declarações de autoridades, desqualificando a legislação ambiental, abriu caminho para iniciativas que se avolumam e convergem para a clara intenção de desconstituir tais avanços, em nome de uma visão superada e imediatista de desenvolvimento”¹⁶. Ainda de acordo com ela, tal situação é paradoxal justamente por ocorrer num momento em que o mundo reconhece a necessidade de uma relação mais equilibrada com o meio ambiente.

A gravidade dos problemas provocados pela seca no Rio Grande do Sul, as enchentes que atingiram Santa Catarina e os estados do Norte e Nordeste do país, já deveriam ser suficientes por si só para que os poderes executivo, legislativo e judiciário brasileiros demonstrassem maiores compromissos com a questão ambiental. Infelizmente, fatos deploráveis mostram que a situação não caminha necessariamente nessa perspectiva.

Em relação à Amazônia, a velocidade com que o desmatamento ocorre tem preocupado enormemente parcelas crescentes da população brasileira, evidenciada, inclusive, em recente pesquisa de opinião pública. A atual situação levou até mesmo um grupo de artistas a promover uma vigília no plenário do Congresso Nacional pedindo ações concretas para evitar a destruição da floresta, após várias tentativas frustradas de serem recebidos pelo presidente da República.

Por sua vez, o que faz o Congresso Nacional diante dessas cobranças? Em primeiro lugar, empenha-se em destravar a qualquer custo os “obstáculos” à execução do PAC. O que favorece a implementação de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, como as hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, além da abertura de estradas na região. Exemplo disso foi a aprovação de um projeto que estabelece a extinção do licenciamento para a execução de

¹⁵ ACEVEDO, Rosa. O custo ecológico das hidrelétricas. *In*. Energia na Amazônia. Sônia Barbosa Magalhães, Rosyan de Caldas Britto, Edna de Ramos Castro (orgs.). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/Associação de Universidades Amazônicas, 1996. p. 945-966.

¹⁶ Motosserra na legislação. Folha de São Paulo, 20/04/2009. Caderno Opinião, p. 3.

obras em rodovias¹⁷. Em segundo lugar, aprova leis e Medidas Provisórias que, em última instância, visam legalizar grandes extensões de terras griladas nesta parte do país, como a MP 458 do governo Lula que teve a senadora Kátia Abreu (DEM-MT), presidenta da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), como relatora¹⁸. Esses fatos mostram o imbricamento de interesses envolvendo diferentes segmentos governamentais e do parlamento para tornar “maleável” a legislação ambiental brasileira, e do processo de licenciamento, em particular, beneficiando, sobretudo, grandes grupos privados nacionais e estrangeiros.

Quanto ao processo de licenciamento ambiental o imediatismo do governo Lula segue contra a maré, pois, segundo Marina Silva, aquele “joga no lixo o esforço para estruturar o sistema de licenciamento dentro de uma avaliação ambiental integrada que já apresenta bons resultados”¹⁹. Nesse caso, a pressa em driblar o licenciamento seria um importante indicativo dos atropelos adotados pelo governo para garantir as obras previstas pelo PAC. Esse é justamente o caso da hidrelétrica de Jirau. A instituição de um instrumento denominado “licença provisória”, sem qualquer amparo legal, diga-se, foi o meio encontrado pelo atual ministro Carlos Minc para atender as exigências da área econômica do governo federal e da Casa Civil, bem como das empresas vencedoras do leilão, a fim de dar início às obras de construção dessa hidrelétrica no Madeira.

E como se posicionam as IFMs diante da questão ambiental? É importante ressaltar que o Banco Mundial e o BID possuem amplo conhecimento acerca dos problemas ambientais brasileiros, a partir de pesquisas realizadas e/ou apoiadas por elas, a primeira, em especial. Não é de hoje, porém, que os documentos de estratégia desses bancos praticamente ignoram essas análises na hora de definir sua intervenção no nosso país, voltada à

¹⁷ “As organizações abaixo-assinadas manifestam-se totalmente contrárias à tentativa de extinguir o licenciamento ambiental para pavimentação de estradas abertas, conforme previsto no projeto de lei de conversão da medida provisória 452/2008 aprovado ontem (14/04) pela Câmara dos Deputados. A proposta pretende burlar a Constituição Federal, uma vez que é notório que o impacto maior ocorre após a pavimentação”. ONGs se manifestam contra fim de licenciamento ambiental para estradas. Fonte: <http://www.amazonia.org.br> – acesso em 15/04/09.

¹⁸ “Além de propiciarem elementos para políticas agrícolas e agrárias, objetivando colocar como prioridade na agenda oficial a concessão de terras públicas e a isenção e carga tributária, as **agroestratégias** orientam também iniciativas localizadas de implantação de empreendimentos agroindustriais. Tais empreendimentos podem ser caracterizados, concomitantemente, por inovações tecnológicas, pela demanda de imensas extensões de terras aráveis e por uma racionalidade gerencial intrínseca ao mercado de *commodities*. Os cálculos, racionais e conscientes, de viabilidade e implementação destes empreendimentos, mesmo fazendo uso de uma retórica de ‘gestão ambiental’ e de um ‘gerenciamento voltado para a sustentabilidade’ parecem, entretanto, não estar levando em conta o seu elevado poder de destruição dos recursos naturais. A incorporação acelerada de imensas extensões de terras tem colocado em risco tanto patrimônios naturais, quanto patrimônios culturais, violando flagrantemente, segundo entidades ambientalistas, tratados internacionais e convenções”. O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica. Alfredo Wagner Berno de Almeida e Guilherme Carvalho (Orgs.). – Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório COMOVA/UFPA, 2009, p. 59-60 (grifos do autor).

¹⁹ Idem.

consolidação do modelo de desenvolvimento vigente, justamente o principal causador dos problemas ambientais. Essa histórica incoerência se constitui numa das principais características das ações dos referidos bancos multilaterais no Brasil²⁰.

O Banco Mundial se vangloria de ter sido a primeira instituição internacional “a fornecer apoio financeiro e técnico para atividades relacionadas com o meio ambiente no Brasil”²¹. Todavia, como reconheceram seus próprios dirigentes, alguns “dos projetos destinavam-se a corrigir a degradação ambiental causada por projetos de infraestrutura financiados pelo Banco nos anos 1980”²², cujo exemplo mais emblemático foi o Polonoroeste. Esse fato é demonstrativo do fosso existente entre as diretrizes estipuladas pela instituição e os critérios objetivamente definidos para a concessão de financiamentos, onde o fator econômico é quem dita os procedimentos e as decisões. Ainda mais quando sabemos que BIRD, BID e FMI, entre outros bancos multilaterais, constituíam – e ainda constituem – a “tropa de choque” do ideário neoliberal ao redor do planeta.

A leitura dos documentos de avaliação do Banco Mundial e do BID é interessante por evidenciar o contorcionismo exercitado por essas instituições para justificar a piora de indicadores ambientais, em particular nas áreas onde se instalaram grandes empreendimentos de infraestrutura financiados pelas mesmas²³.

Recentemente integrantes do Banco Mundial elaboraram um estudo a pedido do Ministério de Minas e Energia no qual afirmam que o “licenciamento ambiental de projetos hidrelétricos no Brasil é considerado como o grande obstáculo para que a expansão da

²⁰ “É interessante comparar a qualidade da análise da questão ambiental no CAS com a, por exemplo, da privatização ou ajuste fiscal. Aliás, não há comparação, pois as questões puramente econômicas são tratadas com todo o poder de fogo do maior instituto de pesquisa econômico do mundo, com cenários, projeções e análises pautadas nos dados mais atualizados, enquanto a discussão dos problemas ambientais se restringe ao genérico. Isso é, no mínimo, curioso, pois as melhores, mais completas e mais analiticamente sofisticadas pesquisas sobre o meio ambiente no Brasil, foram feitas e publicadas pelo próprio Banco, ou apoiadas por seus programas. O Banco Mundial e o BID foram pioneiros na análise da relação entre políticas públicas e desmatamento na Amazônia, enfocando, justamente, a relação entre políticas econômicas mais amplas e meio ambiente. Dentro do Banco há um acervo substantivo de pesquisa e reflexão sobre políticas públicas e meio ambiente e existe uma enorme capacidade de pesquisa nessa área. No CAS é como se nada disso existisse”. SCHWARTZMAN, Stephen. Aspectos Ambientais da Estratégia de Assistência ao País do Banco Mundial (CAS) e do BID (Documento de País). *In*. A estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos. Aurélio Vianna (Org.). Rede Brasil, março de 1998, p. 75.

²¹ BANCO Mundial. Brasil: Avaliação da assistência do Banco Mundial ao Brasil. Departamento de Avaliação de Operações, janeiro de 2004, p. 30.

²² *Idem*. Os bancos multilaterais também elaboram estratégias para cada país-membro da referida instituição: a Estratégia de Parceria com o País (anteriormente denominado Estratégia de Assistência ao País, CAS em inglês) e o Documento de País, do Banco Mundial e do BID, respectivamente. Em síntese, são documentos que orientam as ações desses bancos para serem implementadas em cada país, buscando alcançar objetivos bem precisos, tais como: liberação comercial, privatização de empresas públicas, mudanças na legislação trabalhista e ambiental, criação de mecanismos a fim de garantir maior liberdade de circulação do capital, entre outras.

²³ “A estratégia do Banco na área verde teve algumas deficiências, mas evoluiu significativamente nos anos recentes (...)”. *Idem*.

capacidade de geração de energia elétrica ocorra de forma previsível e dentro de prazos razoáveis, a qual, por seu turno, representaria séria ameaça ao crescimento econômico”²⁴. Tal afirmativa necessita de muitos reparos, dado que a mesma representa, sobremaneira, o ponto de vista dos defensores da instalação de um grande número de hidrelétricas no Brasil, em particular na Amazônia. Por outro lado, reproduz velhas cantilenas de que é preciso aumentar a oferta de energia sem, contudo, questionar o modelo energético brasileiro que favorece um número extremamente reduzido de agentes econômicos, setores voltados majoritariamente para a exportação de *commodities* e que geram poucos empregos. Isto sem falar nos terríveis impactos socioambientais promovidos por eles²⁵.

O discurso hegemônico acerca da relação entre oferta de energia/crescimento econômico proferido por empresários, governantes, parlamentares e pela mídia conseguiu incutir na população o medo quanto à possibilidade de um novo apagão, visando conquistar o apoio necessário à construção de grandes hidrelétricas na Amazônia e nas regiões Nordeste e Centro Oeste brasileiros. Segundo Garzon, o estudo elaborado pelo Banco Mundial:

torna explícita a estratégia de desmonte da regulamentação ambiental no país, propugnada pelo governo federal, pelos conglomerados privados nacionais e estrangeiros, assim como pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIS).

O Banco Mundial, com seu caixa e gestão controlados pelos países centrais, e pelos grupos econômicos hegemônicos neste, tem como missão multiplicar a oportunidade de negócios mundo afora, o que automaticamente, na visão liberal pretensamente única, significa democratização do acesso aos benefícios da civilização. Seus financiamentos devem ser ‘inteligentes’, arquitetados para amaciar estruturas protecionistas e desanuviar contextos desfavoráveis aos investimentos. Os empréstimos são apenas o meio, o BIRD – assim como as outras IFIS (BID, BEI, CAF etc.) – tem como finalidade última a produção de conhecimento e de capacidades institucionais que deem suporte ao avanço das forças de mercado.

Esse estudo sobre a ‘eficácia’ do licenciamento de usinas hidroelétricas faz parte de uma assistência técnica que o BIRD vem dando ao governo brasileiro desde 2004, nos marcos do programa SAL (*Structural Adjustment Loan*) – TAL (*Technical Assistance Loan*), que concede créditos vinculados a reformas nas políticas ambientais e de recursos naturais do país.

²⁴ BANCO Mundial. Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma contribuição ao debate – Volume I: Relatório Síntese, p. 6.

²⁵ “Como se sabe, os projetos do setor elétrico resultam de fato de iniciativas complexas e multidimensionais, compreendendo aspectos econômicos, políticos, socioculturais, técnicos e ecológicos, relacionado em um intrincado jogo de mútuas interações e condicionamentos (...) dependem também (...), pelas suas dimensões, de grandes movimentos de capital e mão-de-obra. Em consequência, produzem profundas alterações em diferentes esferas que extrapolam seus aspectos meramente econômicos e técnicos. Para as populações locais, diretamente atingidas ou não, o incremento da prostituição e das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), além das pressões sobre os sistemas locais de saúde, educação e de assistência social, são realidades que não podem ser minimizadas”. SANTOS, Silvio Coelho dos. Hidrelétricas e suas consequências socioambientais. In. Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais. Ricardo Verdum (Org.) [et al.]. – Brasília: INESC, 2007, p. 45.

Especificamente junto ao Ministério de Minas e Energia, o Banco Mundial firmou o projeto ESTAL (*Energy Sector Technical Assistance Loan*). Entre as metas e indicadores de assistência técnica do Banco, em comum acordo com o ‘cliente’ governamental, estão o desenvolvimento de novos mercados, de marcos regulatórios afins e de instrumentos de planejamento de expansão da geração. Para tanto, a reforma da estrutura ambiental do país, de seu gerenciamento e dos procedimentos de licenciamento, seria indispensável²⁶

A previsibilidade sugerida pelos membros do Banco Mundial visa, na verdade, garantir o “ambiente institucional” favorável à expansão da iniciativa privada em atividades muito rentáveis, mas que ainda contam com forte presença do Estado. E este tem sido um dos principais focos da Estratégia de Parceria com o País (EPP) nos últimos anos. Ou seja, é a defesa dos interesses privados que está por trás do questionamento formulado pelos integrantes do Banco Mundial.

Em que pese terem ocorrido alguns avanços no processo de licenciamento ambiental, como afirma a ex-ministra Marina Silva, o usual é que os Estudos de Impacto Ambiental/Relatórios de Impacto Ambiental – EIA-RIMA se convertam, na prática, em peças de justificação da construção de hidrelétricas²⁷, restringindo-se em grande medida à indicação de ações mitigadoras dos impactos sobre as populações atingidas. Se a situação já é particularmente difícil para as populações atingidas e/ou localizadas em áreas consideradas estratégicas à instalação de hidrelétricas, e mesmo assim governo, parlamento, IFMs e iniciativa privada consideram que a legislação ambiental é restritiva, imagine o que acontecerá se a flexibilização avançar e se consolidar no país.

Voltemos ao documento elaborado por membros do Banco Mundial. O mesmo considera que os marcos regulatórios, além das questões sociais e ambientais não são os únicos problemas a dificultar a expansão da oferta de energia pelo setor privado, na medida em que há “importantes incertezas acerca da fórmula correta de divisão dos riscos hidrológicos, geológicos e outros riscos decorrentes de grandes hidrelétricas entre setores público e privado”²⁸. O grande capital monopolista é avesso às incertezas, quer todas as

²⁶ GARZON, Luis Fernando Novoa. Op. cit.

²⁷ “Estudos de impacto de grandes barragens – desses exigidos pela legislação ambiental brasileira para licenciar grandes empreendimentos ou por agências multilaterais como condição para oferecer seu apoio financeiro – costumam ter um capítulo sobre o ‘social’ ou sobre o chamado ‘meio ambiente socioeconômico’. A leitura desses capítulos revela-se experiência extraordinariamente monótona: por mais diferentes que sejam as realidades econômicas, políticas, culturais e sociais das áreas onde as barragens serão implantadas, os estudos se parecem uns com os outros tanto quanto duas gotas das águas que serão represadas”. VAINER, Carlos. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil. In. Justiça Ambiental e Cidadania. Henri Acselrad. Selene Herculano e José Augusto Pádua (org.). – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004, p. 185-215.

²⁸ BANCO Mundial. Op. cit., p. 6.

garantias possíveis de que os contratos não serão questionados, quer segurança jurídica e a proteção do Estado contra as ações de movimentos organizados, liberdade para a circulação do capital e, paradoxalmente, proteção contra o mercado livre²⁹. Além disso, superar as incertezas, significa também transferir à sociedade os custos da degradação ambiental e dos problemas sociais decorrentes da execução de grandes obras como as hidrelétricas. A externalização desses custos é uma das formas usualmente utilizadas para aumentar os lucros das empresas; daí o motivo para a ocorrência da cruzada empreendida pelos grandes grupos econômicos a fim de flexibilizar a legislação ambiental e o processo de licenciamento. Nesse sentido, a preocupação dos membros do Banco Mundial em definir as atribuições dos agentes público e privado é perfeitamente compreensível.

A preocupação suscitada pelos membros do Banco Mundial quanto aos riscos envolvidos na construção de hidrelétricas exige que façamos uma reflexão acerca de uma questão da maior relevância, mas negligenciada quando se trata da Amazônia. Na verdade se conhece muito pouco sobre os reais impactos desses empreendimentos sobre a bacia amazônica. Poderíamos dizer até mesmo que não conhecemos suficientemente a bacia amazônica em sua totalidade, nem as bacias que a compõem. Governos, empresas, instituições de pesquisa, movimentos sociais ou ongs não têm informações qualificadas e em quantidade necessárias sobre os múltiplos impactos da construção das hidrelétricas. Faltam estudos mais abrangentes, tanto territorialmente quanto de caráter multidisciplinar. É claro que numa situação como esta os riscos “hidrológicos”, “geológicos” e outros ganham uma dimensão ainda maior, fazendo com que instituições financeiras como o Banco Mundial e o BID, além das empreiteiras e outras empresas do setor, busquem cercar-se de todas as garantias que lhes protejam de eventuais problemas futuros.

Então, se de um lado os setores interessados na construção de grandes hidrelétricas, como as de Santo Antonio e Jirau, buscam remover os “obstáculos ambientais” para garantir a execução das obras, de outro, tomam medidas que lhes garantam segurança contra os riscos provenientes da construção de hidrelétricas³⁰. São faces da mesma moeda.

²⁹ “Quais são os serviços que o capitalista necessita do Estado? O primeiro e maior serviço que exigem é proteção contra o mercado livre. O mercado livre é o inimigo mortal da acumulação do capital. O mercado livre hipotético, tão caro às elucubrações dos economistas, constituído de múltiplos vendedores e compradores, todos compartilhando perfeita informação, seria com certeza um desastre capitalista”. WALLERSTEIN, Immanuel. Estados? Soberania? Os dilemas dos capitalistas numa era de transição. *In*. O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI. Tradução Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 97.

³⁰ “Há urgência em desenvolver um marco regulatório moderno, transparente e previsível a fim de promover uma maior previsibilidade do funcionamento do licenciamento ambiental e do marco regulatório mais abrangente”. BANCO Mundial. Op. cit., pg. 6.

O caráter francamente compensatório de algumas dessas medidas são evidentes. Prova disso foi o acordo firmado para a liberação definitiva da licença de instalação da hidrelétrica de Jirau pelo IBAMA. Segundo relatos da imprensa, esse acordo envolveu a Casa Civil, o Ministério do Meio Ambiente e o governador de Rondônia³¹. Depois de o Consórcio Enersus derrubar ilegalmente milhares de árvores e mudar o local da instalação das ensacadeiras, o que exigiria a execução de novos estudos sobre os impactos da obra, o ministro Carlos Minc adotou a mesma postura que o notabilizou no comando do setor de meio ambiente do governo do Rio de Janeiro: trocou a cessão de licença por áreas de preservação. Esta parece ser a postura predominante para garantir a execução dos grandes projetos de infraestrutura no país.

Vale ressaltar ainda as pressões que governos, políticos, empresários, mídia e até mesmo segmentos dos movimentos popular urbano e sindical exerceram sobre o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) desde o início dos leilões para as concessões das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau e, posteriormente, a desconfiguração do referido órgão promovida pelo governo federal. O enfraquecimento do IBAMA também deve ser compreendido enquanto um momento da estratégia daqueles setores para garantir a flexibilização da política e da legislação ambiental no país e, assim, garantir os empreendimentos que os interessam³². Nunca é demais lembrar que a fragmentação do IBAMA ocorreu no bojo do processo de concessão para a construção da hidrelétrica Santo Antonio pelo consórcio liderado pela Odebrecht.

Segundo o documento do Banco Mundial, a concessão de licenças no Brasil é muito demorada, o que exige a adoção de medidas que encurtem ao máximo os prazos atuais. Ainda de acordo com a instituição, o processo de licenciamento, além de não evitar os conflitos, prolonga-os no tempo, impactando negativamente os empreendimentos hidrelétricos³³. Essa situação acaba “levando muitos a concluir que há excesso de regulação ambiental no país”³⁴.

³¹ “Além da solução para as reservas ambientais, foi fechado um acordo para que o Consórcio Enersul, responsável pela obra, repasse R\$ 90 milhões ao governo de Rondônia para compensar os impactos sociais e econômicos da obra. O ministro Carlos Minc informou que serão criados dois parques nacionais: uma área de 80 mil hectares que será repassada à União e outra área de 130 mil hectares, parte da Floresta Nacional do Bom Futuro”. O Estado de São Paulo, Economia, 03/06/2009, p. B3

³² “O Ibama informou ontem que vai recorrer de uma liminar da Justiça Federal em Rondônia que suspendeu a licença ambiental para as obras iniciais da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira. A licença foi anunciada pelo Ibama no dia 13 e o Consórcio Enersus, que venceu o leilão, já iniciou as obras”. Ibama vai tentar cassar liminar que veta obra de Jirau. O Estado de São Paulo, 25/11/2008.

³³ “O produto final do estudo mensura os ‘atrasos médios’ na emissão das licenças, como se estivéssemos lidando com uma linha de montagem industrial. Definidas as metas de produtividade, estabelecem-se os instrumentos e sistemas operacionais. O estudo sugere a emissão de licenças únicas por bacia hidrográfica, um sinal verde para a produção de usinas em série (...)”. GARZON, Luis Fernando Novoa. Op. cit.

³⁴ “O processo de licenciamento oferece poucas oportunidades para a resolução de conflitos. Como consequência, são muitos os conflitos acerca do licenciamento ambiental, os quais raramente são resolvidos, levando muitos a concluir que há excesso de regulação ambiental no país (...). São exemplos deste tipo mostram

Outra crítica formulada pelo respectivo documento diz respeito ao fato de que são feitas exigências aos empreendedores que nada tem a ver com os impactos ambientais das obras, como asfaltamento em áreas distantes do empreendimento, fornecimento de cestas básicas para famílias carentes, instalação de postos de saúde, entre outras.

É bem verdade que na maioria das vezes os governos estaduais e municipais não possuem projetos consistentes de desenvolvimento. Então, o foco das negociações com as empreiteiras e órgãos federais se dá em cima de demandas pontuais, compensatórias e, invariavelmente, desarticuladas umas das outras. Logicamente esse é o melhor cenário para os grupos econômicos interessados na execução dos projetos de infraestrutura previstos pelo PAC e pela IIRSA que, assim, não encontram maiores resistências para fazer valer seus objetivos. Então, diferentemente do que apregoa o Banco Mundial, as medidas compensatórias, mesmo que envolvam áreas que não são impactadas diretamente pelos empreendimentos, acabam beneficiando as próprias empresas. Essa é a realidade.

O documento do Banco Mundial finaliza apresentando uma série de recomendações acerca do processo de licenciamento de empreendimentos hidrelétricos no Brasil. É sobre eles que, de forma sucinta, seguem os comentários abaixo:

- a. De fato é necessário que as responsabilidades entre União, Estados e Municípios em relação ao licenciamento ambiental sejam muito bem esclarecidas. Esta, aliás, tem sido umas das maiores preocupações de organizações, de lideranças da sociedade civil e de pesquisadores(as) que combatem e apresentam alternativas ao modelo energético vigente no país. Todavia, é preciso muita cautela nessa discussão. Isto porque, na Amazônia, em particular, os segmentos conservadores vinculados à lógica neoliberal têm feito de tudo para que haja o repasse de atribuições às esferas sub-nacionais, posto que aqueles teriam maior controle para fazer valer seus interesses. No caso da questão fundiária, isso é evidente. É o que ocorre no Amapá, já devidamente identificado por Comissões Parlamentares de Inquérito, onde a alta cúpula do Estado estava envolvida com grilagens de terras³⁵. Ou seja, por trás de objetivos nobres, como a democratização do poder de decisão, pode na verdade esconder uma armadilha para favorecer os interesses de empreiteiras e do agronegócio, entre outros;

que o processo de licenciamento ambiental lida com atividades sociais que nada têm a ver com o impacto ambiental *per se* – tais como investimentos nos municípios para construção ou asfaltamento de rodovias em áreas distantes do empreendimento e ações sociais voltadas para as populações não atingidas pelo empreendimento, como fornecimento de cestas básicas para moradores carentes, instalação de postos de saúde e escolas, entre outros”. Op. cit, p. 15..

³⁵ Carvalho, Guilherme. Oiapoque, uma *parabólica* na floresta: Estado, integração e conflitos na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa. – Belém: FASE/Observatório de Políticas Públicas COMOVA, 2006.

- b. A criação de Varas especializadas na questão ambiental ao redor do país é altamente positiva. Entretanto, não podemos esquecer que o objetivo dos formuladores do documento do Banco Mundial tem como meta acelerar o processo de licenciamento para a construção de hidrelétricas, de um lado, e ao mesmo tempo criar constrangimentos às ações da Justiça Federal e do Ministério Público, de outro;
- c. A idéia de constituição de um “painel consultivo independente e de alta reputação para atuar em projetos de alto risco social e/ou ambiental”³⁶, persegue os objetivos citados no item acima. Além disso, a proposta procura, na realidade, transformar os conflitos decorrentes da construção de hidrelétricas em problemas de caráter eminentemente técnico, como se isso fosse possível. A constituição de um painel de “especialistas ambientais reconhecidos internacionalmente” para “projetos de alto risco ou muito controversos” pode, de fato, ser uma alternativa em determinados momentos. O problema é que não há qualquer segurança sobre os critérios para a composição dessa instância, assim como sobre a possibilidade de a sociedade civil interferir de modo decisivo nos debates e nas recomendações do mesmo e, finalmente, que o Banco Mundial acate aquelas que porventura se choquem com sua estratégia³⁷. O Banco Mundial não tem boas referências nessa área, lembremos o Painel de Inspeção³⁸ da instituição ou a sua postura em relação à “Guerra da Água” na Bolívia³⁹;
- d. O relatório “chove no molhado” quando defende que os projetos vinculados ao setor elétrico “considere as questões sociais e ambientais”. O problema é o fosso abissal entre as diretrizes políticas e operacionais do Banco quando do financiamento de projetos. O fator econômico é o que prepondera invariavelmente. A intenção de que

³⁶ BANCO Mundial. Op. cit., p. 30.

³⁷ Devemos lembrar que o Banco Mundial jamais assumiu as recomendações da Comissão Mundial de Barragens constituída por ele próprio, pois o seu relatório contrariou em vários aspectos os interesses da indústria de grandes barragens. McCULLY, Patrick. Contra-ataque! Choque da Comissão Mundial de Barragens estimula a indústria de grandes barragens a ação. *In*. Tenotã-Mõ: Alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. A. Oswaldo Sevã filho (Org.). Editado por Glenn Switkes. – São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 296-300.

³⁸ O Painel de Inspeção foi instituído pelo Banco Mundial em 1993, mas passou a funcionar realmente em 1994, com o “objetivo de proporcionar um fórum independente àqueles que, no território do país mutuário, acreditam que seus interesses e direitos foram ou podem ser direta e materialmente prejudicados por projetos, de maior ou menor porte, financiados pelo Banco Mundial. Banco Mundial: participação, transparência e responsabilização – a experiência brasileira com o Painel de Inspeção. Flávia Barros (Org.) – Brasília. Rede Brasil, 2001. p. 20. A Rede Brasil, em parceria com movimentos sociais e ongs brasileiras, acionou o Painel de Inspeção em três casos relevantes: o Polonoeste, o Cédula da Terra e o Projeto Itaparica (PE).

³⁹ Levante indígena-popular iniciada na região de Cochabamba, mas que posteriormente se alastrou para outras partes do país, exigindo a reversão da privatização da água. O Banco Mundial tentou de todas as formas defender os interesses das empresas multinacionais que exploravam os recursos hídricos bolivianos.

“os diferentes grupos de interesse”⁴⁰ participem do processo desde o início se resume a uma bela intenção difícil de ser posta em prática, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que o diga;

- e. Há muito tempo movimentos sociais, ongs e institutos de pesquisa defendem a realização de estudos mais amplos das bacias hidrográficas, além da implementação de mecanismos de gestão democrática para elas que, inclusive, estão previstos em lei e em andamento em algumas áreas do país. Nesse sentido, a Avaliação Ambiental Estratégica proposta no relatório, em que pese alguns avanços contidos nela, não atende as perspectivas de quem questiona o modelo energético e a construção indiscriminada de hidrelétricas;
- f. Para o Banco “talvez seja necessário” aperfeiçoar os processos de consulta e de tomada de decisões. À sociedade civil, ao contrário, é absolutamente necessário que haja mudanças profundas nesse processo.

As disputas entre Odebrecht e Camargo Corrêa: acende a luz amarela para o Banco Mundial.

Para os formuladores do documento *Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma contribuição ao debate* do Banco Mundial, o Brasil investiu pouco na realização de estudos de inventário, bem como “houve limitado planejamento das bacias hidrográficas”⁴¹. Os autores responsabilizam diretamente o governo por essas deficiências. Segundo os mesmos, tais falhas estão entre os motivos dos conflitos acirrados envolvendo os consórcios liderados pela Odebrecht e Camargo Corrêa no que diz respeito a construção da hidrelétrica Santo Antonio. Os conflitos foram, inclusive, utilizados no relatório para mostrar os riscos decorrentes de um processo tensionado que provocou, de acordo com o texto, custos relevantes:

(...) A ausência de planejamento leva a grandes distorções como evidenciado na caso das UHEs projetadas para o rio Madeira. Em tal caso, ao invés do governo preparar os estudos de viabilidade e os estudos de impacto ambiental, estes foram preparados pela empresa que tinha expectativas de construir as UHEs. Este fato resultou em uma série de problemas reais e de percepção com relação a independência e confiabilidade das informações, bem como a competição pelo empreendimento. Essas incertezas foram eventualmente superadas (a um enorme custo institucional e longos atrasos), mas sugerem que esta não é a melhor forma de se conduzir esses tipos de

⁴⁰ Idem., pg. 31.

⁴¹ Idem.

processos. O MME tem adequada compreensão do problema ao dar, de forma crescente, prioridades ao fortalecimento da EPE⁴² para que esta realize este tipo de trabalho⁴³

Evidentemente que o fato de as empresas serem responsáveis pela execução dos Estudos de Impacto Ambiental impõe limite quase incontornável ao processo de licenciamento, posto que nenhuma empresa financiará algo que, ao final, não atenda seus interesses. O que o documento elaborado pelos membros do Banco Mundial não diz é que, no caso das disputas em torno da construção da hidrelétrica Santo Antonio, a Odebrecht firmou antecipadamente acordos visando exclusividade no fornecimento de máquinas, equipamentos e outros por parte de importantes fornecedores o que, na prática, inviabilizava a concorrência. Isto colocou em risco o leilão, pois os adversários da Odebrecht ameaçaram entrar na Justiça contra ela. Tal situação, se efetivada, comprometeria irremediavelmente os objetivos do governo de realizar o leilão. Então, este atuou duramente nos bastidores para que a Odebrecht revisse sua atitude. Esse foi o elemento explosivo que causou o que o documento em questão denominou “custo institucional”, e não somente as questões relacionadas aos EIAs.

O problema é que se tornou usual uma empresa iniciar “estudos de viabilidade” sem que haja sequer qualquer processo de licenciamento. A Odebrecht, por exemplo, já circulava por Rondônia bem antes do leilão da UHE Santo Antonio, tendo o governador do Estado a tiracolo e contando com amplo apoio de toda a bancada parlamentar rondoniense no Congresso Nacional, dos mais importantes grupos econômicos e políticos locais, além de uma parte dos movimentos sociais, para falar sobre os procedimentos que seriam adotados durante a construção da barragem e apresentar, segundo ela, os resultados de estudos realizados nas áreas atingidas pela obra. A empresa mostrava assim, sem qualquer reserva, sua magnífica capacidade premonitória que mais tarde se confirmaria ao vencer o leilão de Santo Antonio. Às favas com os escrúpulos da livre concorrência.

As causas dos conflitos de interesse envolvendo as obras do CRM são bem mais amplas e complexas do que uma simples disputa entre empresas interessadas no negócio. Essas disputas põem em relevo um intrincado processo que envolve os objetivos estratégicos do Estado brasileiro em efetivar a integração econômica da América do Sul a partir da integração de sua infraestrutura, sob a hegemonia do Brasil, a luta acirrada das empresas para ampliar sua fatia do mercado brasileiro, bem como ampliar e consolidar sua ação internacional; os bancos multilaterais e seus estímulos à efetivação das reformas estruturais de

⁴² Empresa de Pesquisa Energética – EPE, instituição vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

⁴³ BANCO Mundial. Op. cit., pg.27.

caráter liberal que amplie a participação da iniciativa privada na economia e, conseqüentemente, a diminuição da interferência dos Estados Nacionais, entre outras questões. Portanto, não foi somente porque “houve limitado planejamento das bacias hidrográficas”, como quer nos fazer crer o estudo do Banco Mundial.

Ministério Público e Justiça Federal: adversários incômodos.

Entre os poderes da República, o Judiciário é o mais impermeável às tentativas de controle por parte da sociedade brasileira. Ao assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes voltou suas baterias contra os movimentos sociais organizados, acusando-os indiscriminadamente de atuarem às margens da lei. Um recado claro a organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o MAB, entre outros. Os ataques proferidos pelo representante máximo do Judiciário ocorrem numa conjuntura marcada pela tentativa das classes dominantes de transformar a Justiça no principal palco para a resolução dos conflitos sociais, como a tentativa do DEM – partido conservador brasileiro – de impedir as demarcações de novas terras de remanescentes de quilombolas, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) e dos processos para criminalizar os movimentos sociais.

É nesse contexto de forte perseguição a pessoas e a instituições que se colocam contrários aos interesses de poderosos grupos econômicos e políticos do país e/ou articulados ao capital internacional, que segmentos da Justiça Federal e dos Ministérios Públicos Federal (MPF) e Estaduais (MPE) surgem como aliados importantes dos movimentos sociais em muitas disputas relacionadas à execução dos projetos de infraestrutura previstos pelo PAC e pela IIRSA no território nacional, contestando pareceres, exigindo o cumprimento da legislação ambiental e levantando condicionalidades para que os empreendimentos sejam implementados. Tudo isso tem feito do MP um dos alvos preferidos dos governos, de parlamentares, das empreiteiras e da mídia. Também os bancos multilaterais demonstram preocupação quanto à capacidade do MP de criar embaraços aos empreendimentos considerados fundamentais pelas IFMs aos seus *portfólios* e às estratégias dessas instituições para o país. Vejamos o que diz o estudo do Banco Mundial:

O Ministério Público (MP) tem papel relevante no sistema ambiental no país. É, de maneira geral, dentre os atores envolvidos no processo de licenciamento ambiental, o de equipe mais instruída, com mais recursos e amplos poderes. Em boa parte dos casos examinados, o MP não se limitou em empregar esses recursos para resolver problemas, mas, de fato,

representou um estágio adicional – e bastante controverso – no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte, especialmente aqueles relativos a plantas hidrelétricas (...). Dados fornecidos pelas entidades entrevistadas, inclusive membros do próprio MP Federal e do Estado de São Paulo, indicam que os promotores/procuradores do MP têm um amplo poder para exercer influência sobre questões que não estão direta ou explicitamente sob a competência legal ou técnica do MP⁴⁴

Em linguagem bastante polida, o que o Banco Mundial quer dizer, na verdade, é que o MP se constituiu num entrave a mais para o bom andamento do processo de instalação de grandes projetos de infraestrutura – as hidrelétricas, em especial –, fazendo com que os cronogramas iniciais não sejam cumpridos, onerando os investidores e criando situações embaraçosas às IFMs na medida em que as contestações judiciais afetam a imagem dos bancos em geral e dos seus diretores, em particular, não somente no plano interno como também em âmbito internacional. E se levarmos em consideração que os bancos multilaterais não vivem uma situação tão confortável quanto no passado, por conta da crise econômica e a consequente responsabilização a eles direcionadas, dado o fracasso do modelo neoliberal incentivado e imposto aos países em desenvolvimento, compreendemos o porquê dos temores quanto às ranhuras que as ações do Ministério Público podem provocar àquelas instituições. Em suma, o MP se constituiu num problema.

O estudo do Banco Mundial questiona a legitimidade do MP em mover determinadas ações, por considerar que o mesmo não possui competência necessária para suscitá-las, enfatizando particularmente os casos relacionados ao “processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte, especialmente aqueles relativos a plantas hidrelétricas”. No caso do Complexo Rio Madeira, as ações do Ministério Público e da Justiça Federal têm sido de fundamental importância para que as normas legais não sejam simplesmente jogadas na lata do lixo pela União e o governo estadual, bem como pelos consórcios vencedores dos leilões.

A Justiça Federal de Rondônia por várias vezes suspendeu o licenciamento dado aos consórcios para a construção das usinas no Madeira, apontando irregularidades cometidas no processo como a concessão de “licença parcial” dada pelo IBAMA⁴⁵, a permissão para o início de obras, mesmo após a alteração do projeto original, sem que fossem retomados os

⁴⁴ BANCO Mundial. Op. cit., p. 16.

⁴⁵ “Na liminar, o juiz Elcio Arruda afirmou que a licença parcial ‘é figura estranha aos normativos vigentes’ e contestou frontalmente a argumentação de janela hidrológica (...)”. Liminar suspende licença para usina de Jirau. Valor Econômico, 24/11/2008.

estudos correspondentes dos impactos⁴⁶, entre outras ações contra os consórcios do Complexo Rio Madeira. Tais atitudes têm gerado insatisfações entre os interessados nos empreendimentos e, conseqüentemente, atraem sua ira sobre o MP e a Justiça Federal. As empresas e seus aliados partiram para o ataque responsabilizando diretamente esses órgãos pelos atrasos no cronograma⁴⁷.

Recentemente, os Ministérios Públicos Federal e de Rondônia ajuizaram uma ação civil pública contra Roberto Messias, presidente do IBAMA, em que solicita sua exoneração do cargo e multa de cem vezes o valor de seu salário, com a alegação de que Messias teria cometido crime de improbidade administrativa além de o acusar de beneficiar o Consórcio Energia Sustentável do Brasil, ao “permitir a instalação da usina hidrelétrica de Jirau” sem que as exigências ambientais fossem cumpridas para o licenciamento⁴⁸.

A Casa Civil tem procurado “sensibilizar” procuradores e juízes situados em Brasília e em Rondônia para que não criem maiores problemas à efetivação do PAC, assim como tem monitorado às ações do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, em particular, a fim de que este conceda as licenças ambientais no menor prazo possível⁴⁹. Aliás, a questão do prazo para a concessão de licenças é também uma das maiores preocupações do Banco Mundial, pois este considera tal processo complexo e muito demorado no Brasil:

O Brasil é um dos poucos países, se não o único, a ter um processo trifásico (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação), com procedimentos separados para a concessão de licenças em diferentes estágios. Tal formato contribui para transferir, repetir ou re-introduzir conflitos, gerando assim um alto grau de incertezas, longos atrasos, e com custos de transação igualmente altos⁵⁰.

O Banco Mundial considera, portanto, que a ação do MP não apenas deixa de contribuir para a resolução de conflitos, como adiciona mais variáveis a um processo

⁴⁶ “O juiz federal da 3ª Vara, em Rondônia, Elcio Arruda, condiciona sua decisão à concessão de licença ambiental integral do empreendimento, a abranger, inclusive, a construção de ensacadeiras e canteiro de obras. A Energia Sustentável está sujeita a multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento”. Justiça Federal suspende obras da hidrelétrica de Jirau em Porto Velho (RO).

⁴⁷ “(...) A decisão judicial, tomada na quinta-feira e divulgada apenas no fim de semana, pode comprometer definitivamente a tentativa do consórcio Energia Sustentável do Brasil (Enersus), liderado pelas multinacionais Suez Energy, de antecipar a entrada em um ano – de janeiro de 2013 para janeiro de 2012 – a entrada em funcionamento da hidrelétrica”. Liminar suspende licença para usina de Jirau. Valor Econômico, 24/11/2009.

⁴⁸ Informação repassada pelo GT Energia do Fórum Brasileiro Ongs e Movimentos Sociais – FBOMS através da Internet, em 07/07/2009.

⁴⁹ “O licenciamento de Jirau é alvo de disputa. O governo tem pressionado o Ministério do Meio Ambiente, já que é um dos maiores empreendimentos de infraestrutura do país e também quer garantir o abastecimento energético a partir de 2012. No entanto, faltariam estudos completos sobre o impacto da nova localização de Jirau”. Ibama atrasa de novo licença de usina de Jirau. O Globo, 19/11/2008.

⁵⁰ BANCO Mundial. Op. cit. Pg. 14.

considerado demasiadamente demorado. O documento formulado pelo Banco Mundial chega a comparar a atuação do MP brasileiro com a atuação da justiça em outros países, a fim de questionar “absoluta autonomia” da instituição⁵¹, chegando ao absurdo de recomendar que Colômbia e Indonésia se constituam enquanto exemplos a serem seguidos. Países que, como todos sabem, não podem ser considerados como vanguardas na consolidação da democracia e de respeito aos direitos humanos.

A idéia central do Banco Mundial, mesmo que não a afirme explicitamente, é fazer com que haja o maior controle por parte da alta cúpula do MP sobre as ações dos procuradores, daí a recomendação de que sejam estabelecidos convênios de cooperação entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados, e órgãos ambientais, incluindo emissão de diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP⁵². Uma proposta aparentemente sem qualquer propósito de castrar a liberdade de ação das seções do MP nos Estados e/ou das Varas afeitas a matérias que envolvem os grandes projetos de infraestrutura – meio ambiente, povos indígenas e direitos humanos, por exemplo –, mas que analisada mais de perto revela o fundamento autoritário que a inspira.

Perseguir lideranças, criminalizar movimentos sociais e Ongs, tornar o Judiciário o principal palco da resolução dos conflitos sociais, controlar a ação do Ministério Público e da Justiça Federal, além de alterar a Constituição⁵³ para fazer valer os interesses políticos e econômicos de grupos do Brasil e do exterior; essa é a engrenagem que está sendo movimentada por empresas, governos, parlamentares e mídia, com o apoio decisivo das IFMs como vimos até aqui, para garantir a execução dos grandes projetos de infraestrutura que compõem o PAC e a IIRSA. É contra essa poderosa aliança que lutamos e que devemos nos mobilizar.

⁵¹ “Destaca-se ainda a absoluta autonomia dos membros do MP, o que constitui fator relevante no exame da implementação do processo de licenciamento ambiental no Brasil. Mesmo nos Estados Unidos onde o sistema de responsabilidade é considerado robusto, a situação é significativamente diferente”. BANCO Mundial. Op. cit., p. 16.

⁵² “(...) **A solução está no maior engajamento da direção dos Conselhos dos órgãos ministeriais, inclusive o CNMP, visando harmonizar o diálogo sobre o controle da legalidade e a discricionariedade técnico-científica e política da Administração.** Nesse ponto, torna-se imprescindível promover uma articulação coordenada junto ao CNMP para incluir no Planejamento Estratégico do órgão ministerial a definição de planos de metas e diretrizes para aumento da eficiência, aperfeiçoamento e desburocratização das análises dos projetos e políticas do setor hidrelétrico. É necessário engajar o Conselho no esforço comum de implementação de uma Política Pública Governamental, sem qualquer prejuízo à sua autonomia e independência. Observa-se que na **Colômbia** e na **Indonésia**, que recentemente aperfeiçoaram seus respectivos sistemas de licenciamento ambiental, foram enfatizadas melhorias na qualidade da informação ambiental e sua transparência em todas as fases do processo (...)”. BANCO Mundial. Op. cit., pg. 30-31 (grifos dos autores).

⁵³ A redução da Faixa de Fronteira de 150 km para 50 km, por exemplo.

“Complexo Rio Madeira? Não temos nada a ver com isso!”

Em resposta à correspondência enviada pela secretaria executiva da Rede Brasil indagando sobre a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no financiamento do Complexo Rio Madeira, John Ferriter, da Oficina de Relações Externas do Banco, afirmou que a instituição acompanhava a IIRSA desde o seu início e prestava “apoio técnico ao seu Comitê da Direção Executiva bem como à Secretaria CCT”⁵⁴. Segundo Ferriter, o financiamento à construção de Santo Antonio e Jirau teria que ser realizado pelo setor privado do BID, no caso a Corporação Interamericana de Investimentos (CII), mas que isso não havia ocorrido.

Ainda de acordo com a resposta do relações públicas do banco, este não havia tomado parte “de nenhuma negociação com o Governo de Rondônia”, porém, ao mesmo tempo, reconheceu o financiamento de “um estudo estratégico para o desenvolvimento econômico-social de Porto Velho”⁵⁵. Essa informação já era de nosso conhecimento meses antes da carta de Ferriter, através da entrevista que realizamos com Israel Xavier Batista, então Secretário de Planejamento de Porto Velho⁵⁶. Na oportunidade, o secretário afirmou que o BID havia disponibilizado consultores à prefeitura, a fim de ajudá-la na definição do projeto a ser enviado à apreciação da Comissão de Financiamento Externo (COFIEIX). O executivo municipal optou então por buscar recursos para melhorar o sistema viário, pois segundo o secretário, o setor saneamento seria atendido pelos recursos do PAC⁵⁷.

Esse fato suscita algumas questões relevantes ao nosso debate. Primeiramente, chama atenção o caráter protagonista do banco ao oferecer apoio à construção de projetos que, posteriormente, serão apresentados à instituição após a análise da COFIEIX e de comissões do

⁵⁴ BANCO Interamericano de Desenvolvimento, 19/03/2008. A sigla CCT significa Comitê de Coordenação Técnica, integrado pelo BID, pela Corporação Andina de Fomento – CAF e pelo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA. De acordo com o sítio da IIRSA na Internet, o CCT atua como “facilitador del proceso, coordinador de las actividades conjuntas y depositario de la memoria institucional de la Iniciativa”. Ver <http://www.iirsa.org>

⁵⁵ BANCO Interamericano de Desenvolvimento, 19/03/2008.

⁵⁶ “Nós já apresentamos uma proposta para financiamento do BID, do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A prefeitura de Porto Velho tem uma boa capacidade de endividamento, mas não tem uma grande capacidade de pagamento. Na discussão de um projeto de investimento, de financiamento internacional e até nacional, leva-se em consideração a capacidade de endividamento e de pagamento do município. Em um estudo preliminar que foi feito, identificou-se que a prefeitura municipal de Porto Velho poderia contrair um financiamento de cerca de 40 milhões de dólares e nós apresentamos uma proposta com este valor, que está tramitando no Ministério de Planejamento, na Secretaria de Assuntos Internacionais. Já fizemos uma defesa, eles pediram que a gente melhorasse o projeto a nível de detalhes, mostrando o relacionamento que tem as obras que estamos propondo naquele projeto com as obras, com a estrutura já existente e com as obras de outros projetos que temos em andamento no município. É questão de discussão, mas o projeto está tramitando e nós acreditamos que ele vai ser, que nós vamos aprovar este projeto. Só que demora um pouco”. Entrevista concedida em 14/06/2007.

⁵⁷ Idem.

Senado Federal. Dessa forma, os projetos elaborados tramitam “carimbados” desde o início. Ou seja, são pouquíssimas as possibilidades de os mesmos serem rejeitados nas etapas intermediárias. Dessa forma, caso não haja o surgimento de um inusitado problema de última hora, o financiamento é certo⁵⁸. E essa lógica não se resume à situação de Porto Velho, mas é uma dinâmica que se incorporou à prática das IFMs. Em segundo lugar, é necessário ressaltar que os projetos financiados pelos bancos normalmente abarcam uma outra dimensão voltada à capacitação de servidores(as) públicos(as), sobre temas vinculados ou não ao objeto do financiamento. Em terceiro lugar, diferentemente do que afirmam alguns críticos do CRM, o financiamento à prefeitura de Porto Velho, segundo nosso ponto de vista, não pode ser considerado uma medida compensatória. Isto porque o BID, diferentemente do que ocorreu com o Banco Mundial, investe há anos no financiamento direto de projetos para Estados e Municípios brasileiros, particularmente no setor de desenvolvimento urbano⁵⁹, buscando alcançar objetivos estratégicos muito precisos.

Ao BID interessa financiar o desenvolvimento urbano porque a melhoria da logística das cidades contribui sobremaneira para o aumento da produtividade urbana⁶⁰. Ou seja, é necessário que as cidades disponham de boas condições de mobilidade e de comunicação e saibam se planejar, a fim de que os negócios fluam e para que as mesmas se tornem atrativas aos investimentos do setor privado, sejam eles de empresas do Brasil ou do exterior. As cidades precisam saber se vender para se tornarem atrativas, e a logística é muito importante nesse processo, além do marketing⁶¹. Portanto, não é à toa que as maiores obras de infraestrutura urbana na Amazônia contam e/ou contaram com financiamentos do BID: Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (Belém/PA) e o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIN), no Amazonas.

⁵⁸ “(...) a prefeitura está negociando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para fazer este planejamento da cidade com as usinas ou sem. Já tem os projetos já preparados para buscar recurso para ampliar a rede de tratamento de esgoto, tratamento não (...). A gente não tem nem tratamento em Rondônia. Para ampliar a questão do atendimento de saneamento básico, inicialmente, água potável e habitação. Então, o pessoal do BID tem vindo a Rondônia, junto a Secretaria de Planejamento, produzindo vários textos. Eles são os consultores e vão ser os financiadores disso aí, e um dos critérios é não ficar aguardando a questão dos royalties ou não. Para ver se o município tem condição de amortizar essa dívida com a arrecadação atual para que isso possa ser o mais rápido possível estartado a já fazer o que tem que ser feito. Melhoria da água, melhoria de esgoto, etc, trânsito, tudo aquilo que a sociedade está impactada hoje. O pessoal da secretaria tem vários documentos já em relação a isso”. Entrevista concedida por Orlando Francisco de Souza, técnico em Engenharia da ELETRONORTE e dirigente do Sindicato dos Urbanitários do Estado de Rondônia, 12/06/2007.

⁵⁹ Projetos financiados pelo BIRD como o PROSANEAR eram executados pelos Estados, mas o mutuário era a União. Esta sim estabelecia parcerias com os Estados que ficavam responsáveis por oferecer contrapartidas.

⁶⁰ Ver o prefácio escrito pelo professor Luiz César de Queiroz Ribeiro do livro *O Futuro das Metrópoles: desigualdades e governabilidade*. – Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000.

⁶¹ Um trabalho que vale a pena ser lido sobre essa questão tem como referência a cidade de Curitiba. GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba : Palavra, 1997.

Os recursos multilaterais para o setor viário de Porto Velho devem ser compreendidos não como uma política compensatória aos problemas que se avolumam no município por conta da construção das hidrelétricas, mas como parte constitutiva do CRM e coerente com os objetivos estratégicos do BID, muito bem delineados na Estratégia de Parceria com o País. Por falar nos problemas enfrentados pela capital rondoniense mesmo antes de os projetos receberem as licenças, vejamos o relato do então secretário de Planejamento:

Já se sente um processo de aquecimento da economia. Um dos reflexos é esse aí, talvez a coisa mais visível seja o aquecimento do mercado imobiliário na cidade. Os preços dos terrenos se elevaram muito, os aluguéis também se elevaram nos últimos dias e nos últimos meses. E tem um problema da quantidade de casas, em condomínios, casas em vários níveis, casas para pessoas com renda mais elevada, mas também muitas casas para pessoas com renda menor. Então, o reflexo desse crescimento, a gente pode notar na verticalização da cidade. Se você olhar, aqui tem vários prédios. Outro dia, nós contamos aqui rapidamente cerca de 22 a 25 prédios acima de oito andares sendo construídos aqui na cidade. E isso está se multiplicando cada vez mais. E apartamentos em um padrão razoável⁶²

É importante que tenhamos em mente que um dos objetivos principais das IFMs é a ampliação e consolidação da iniciativa privada. Nesse sentido, os projetos de intervenção urbana apoiados por essas instituições – o BID, em particular – buscam materializar esses objetivos no plano local. As melhorias decorrentes desses empreendimentos possibilitam, entre outras conquistas, a incorporação de terras ao mercado imobiliário, o que significa produzir benefícios às incorporadoras, empreiteiras, bancos, imobiliárias, empresas de seguros, latifundiários urbanos etc., alguns dos setores que obtêm muitos lucros com transações comerciais e/ou ofertas de serviços nas áreas urbanas. É esse processo que estamos vendo ocorrer em Porto Velho⁶³.

Ainda em relação à carta-resposta de Ferriter, a mesma afirmava que o BID pretendia participar de financiamentos no eixo Peru-Brasil-Bolívia, e que a instituição já havia apoiado a “preparação da avaliação ambiental estratégica para o projeto Corredor Norte, um dos trechos incluídos no grupo 2 de projetos desse eixo com o nome Carretera Guayamerín-Riberalta/Yucumo-La Paz”. Ou seja, o BID dizia não financiar diretamente o Complexo Rio

⁶² Entrevista concedida por Israel Xavier Batista em 14/06/2007.

⁶³ Além dos projetos de infraestrutura urbana financiados pelas IFMs, há ainda um conjunto de iniciativas visando a realização de reformas estruturais a partir dos municípios: privatização de empresas públicas, redução do número de servidores, investimento na modernização do setor fazendário e outros. O Programa Nacional de Ajuste Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, criado durante o governo Fernando Henrique Cardoso, executado pelo Ministério da Fazenda e financiado pelo BID, cerca de US\$ 2 bi, é o maior exemplo dessa política em andamento no Brasil. Atualmente o PNAFM é denominado Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa.

Madeira, não obstante, destina recursos a uma série de outros empreendimentos perfeitamente articulados às usinas do Madeira, na medida em que os projetos que compõem a rede logística que estava (e que está) sendo constituída nesse eixo não podem ser compreendidos se desconectados uns dos outros.

Romper a ‘engrenagem’: a vida pede passagem.

As disputas para definir quem deterá o acesso, o uso e controle dos recursos naturais da (Pan)Amazônia encontram-se hoje no centro dos conflitos localizados nesta região. Evidentemente, isto não quer dizer que outras modalidades de conflitos deixaram de ter importância, envolvendo atores sociais que não são necessariamente aqueles mobilizados em torno dos grandes projetos de infraestrutura executados pelo PAC e a IIRSA, e que também mobilizam uma gama enorme de pessoas e organizações. Os movimentos de mulheres, por exemplo, estão entre os segmentos mais mobilizados e que mais crescem na Amazônia, colocando na agenda social o debate em torno da desigualdade de gênero, questão também crucial para qualquer projeto coerente voltado à construção de uma nova sociedade.

O fato é que os conflitos em torno dos recursos naturais estão disseminados na Amazônia. Diferentemente do passado, quando alguns identificavam o chamado “arco do fogo” como o lugar da violência, da exploração predatória e da degradação ambiental, hoje, essa situação é encontrada em todo o território amazônico.

A expansão do agronegócio, da atividade de mineração e da extração intensiva de madeira caminha lado a lado com a instalação de grandes projetos de infraestrutura, justamente porque tais projetos servem de plataforma àquelas atividades e também as de outros segmentos econômicos com forte atuação no mercado internacional. Entretanto, além das consequências mais visíveis provocadas pelo atual modelo de desenvolvimento e que chamam a atenção do Brasil e do mundo, há muitas outras ainda pouco tratadas, como o crescimento vertiginoso do tráfico de mulheres e de crianças, principalmente nas áreas de fronteira, a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce de jovens, particularmente nas áreas onde os projetos de infraestrutura do PAC e da IIRSA estão sendo executados.

O dado negativo nessa história toda é que, apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, a Amazônia ainda é pouco conhecida pelas pessoas e pela ciência. A verdade nua e crua é que ninguém sabe com certeza dimensionar todas as consequências que serão provocadas pela continuidade desse modelo hegemônico de desenvolvimento que se impõe à região. Há

elementos mostrando os impactos desse processo sobre o clima. Mas há ainda muitas perguntas sem respostas. Isto quando se sabe formular as perguntas corretas. Os impactos sociambientais e culturais da construção das hidrelétricas do rio Madeira, bem como das outras dezenas previstas para Amazônia, estão envoltos nesse quadro de incertezas.

Certa vez participei de um evento com comunidades indígenas de Rondônia, organizado por entidades que resistem à destruição do rio Madeira pelas hidrelétricas, onde expus sobre o que era a IIRSA e suas consequências para a região. Durante a palestra fui interrompido por um velho índio que contestava minhas informações. Ele dizia não acreditar que uma quantidade enorme de terra fosse alagada e outra utilizada para a expansão da monocultura e pecuária. Era muita terra, disse ele.

Ouvi a fala do velho índio respeitosamente, e calado refleti sobre o que ele dizia, bem como sobre a própria pessoa que estava ali na minha frente falando. Ele estava realmente certo, pois é uma loucura colocar em prática o que os “comerciantes da vida” pretendem com a Amazônia, tudo em função da obtenção de lucros, mesmo que isso custe a desgraça coletiva no futuro. Por outro lado, desde que fui contemplado com aquela fala, tomei verdadeiramente consciência de que os modos de vida e de pensar das populações amazônicas se constituem num perigoso obstáculo aos interesses do grande capital, que buscarão a todo custo integrá-los ou, de algum modo, expurgá-los. Imagine um modo de vida e de pensar que se relaciona com o ambiente de maneira completamente oposta à racionalidade capitalista e burguesa de mundo. Foi isso o que aquele velho índio representou através do seu discurso simples e ao mesmo tempo profundo.

Quando o Banco Mundial e o BID se empenham, cada um a seu modo, com todas as forças para garantir a flexibilização da legislação e do licenciamento ambiental, além das reformas estruturais para liberar as “forças do mercado”, eles estão se pondo de maneira clara e inequívoca contra todos os modos de vida e de pensar que navegam em sentido contrário. Não há meio termo. São posições radicalmente contrárias que as regras de mercado são incapazes de conciliar, por mais que algumas ongs e movimentos sociais tentem mostrar que existe tal possibilidade. Diferentemente do que imaginam determinados segmentos, não estamos diante de “diferenças táticas” de resistência, mas diante de visões de mundo antagônicas, que o *mercado de carbono* certamente não irá resolver.

A Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais vem buscando contribuir, através de um conjunto de ações, para o fortalecimento da democracia no país e o combate às desigualdades, a partir do monitoramento dos programas, políticas e projetos dos bancos

multilaterais, da realização de pressões sobre governo e parlamento brasileiros, da realização de estudos de casos, da produção de materiais didáticos e da execução de atividades de capacitação sobre as IFMs, entre outras iniciativas. Por outro lado, tem buscado constituir parcerias com organizações de outros países com perspectivas próximas à da Rede, visando alcançar tais objetivos numa dimensão mais ampla.

O envolvimento da Rede Brasil no acompanhamento do Complexo Rio Madeira se deu fundamentalmente por entender que ali em Rondônia está sendo efetivado um conjunto de medidas para viabilizar as hidrelétricas Santo Antonio e Jirau, que servirá de referência para garantir a implementação de todos os outros previstos pelo PAC e pela IIRSA na região.

A Rede Brasil se soma a diversos movimentos sociais, ongs, redes, fóruns e academia não somente para resistir à avalanche desenvolvimentista em andamento no Brasil e em muitos outros países, mas também para apontar alternativas que se contraponham ao modelo econômico vigente, pois um *outro mundo é possível com justiça social, respeito à diversidade cultural, ambientalmente sustentável, em que haja liberdade e garantia completa aos direitos de mulheres e homens.*

A vida pede passagem!

Belém do Pará
Amazônia Oriental brasileira
Julho de 2009